

Sumário

<i>Prefácio e agradecimentos</i>	13
<i>Lista de reduções</i>	15
<i>Como usar este comentário</i>	17
<i>A necessidade de um comentário histórico-cultural</i>	27
Os Evangelhos	37
Mateus	43
Marcos	142
Lucas	204
João	290
Atos	374
Cartas do Novo Testamento	501
Romanos	505
1Coríntios	548
2Coríntios	594
Gálatas.....	625
Efésios	647
Filipenses	665
Colossenses	678
1Tessalonicenses.....	693
2Tessalonicenses.....	708
1Timóteo.....	715
2Timóteo.....	732
Tito.....	743
Filemom.....	751
Hebreus	756
Tiago	790
1Pedro	807
2Pedro	823
1João	832
2João	843
3João	845
Judas	847
Apocalipse	851
<i>Glossário</i>	915
<i>Mapas e gráficos</i>	927
<i>Índice de passagens bíblicas do Antigo Testamento</i>	937

Prefácio e agradecimentos

Quando comecei a estudar as Escrituras, meu único desejo era aprender a Bíblia nas línguas originais para que pudesse dedicar o resto da vida a praticá-la e pregá-la. No entanto, quanto mais a estudava, mais eu percebia a necessidade de conhecer seus antecedentes culturais. Quando, há mais de três décadas, descobri que conhecer o ambiente histórico-cultural das Escrituras nos ajuda a entendê-las melhor, passei a procurar avidamente algum livro que desse ao leitor as informações sobre o contexto de cada passagem bíblica, de modo que eu pudesse usá-lo no preparo de sermões. Como não encontrei nenhum livro do gênero, comecei a vasculhar diversas obras e logo me vi estudando as páginas de inúmeros volumes de fontes antigas. Por fim, decidi que eu mesmo produziria um livro assim, caso ninguém oferecesse o serviço antes, para poupar ao leitor comum os anos de estudo a que precisei me dedicar. No momento em que escrevo este prefácio, o *Comentário histórico-cultural: Novo Testamento* já recebeu, praticamente de modo unânime, avaliações positivas; e, incluindo as traduções e as edições eletrônicas, vendeu mais de seiscentos mil exemplares. Desde sua publicação, outros autores desenvolveram diferentes comentários bíblicos culturais com outros objetivos.

Escrevi este *Comentário histórico-cultural: Novo Testamento* para ajudar o leitor que se encontra na mesma condição que a minha, quando eu era um jovem pastor e iniciava meu estudo mais profundo da Bíblia, como tantos pastores e leitores que não têm acesso a ferramentas teológicas mais profundas por uma questão de tempo, instrução ou finanças. Eu tinha em mente não só os pastores atarefados, mas também estudantes e outras pessoas que utilizam o método indutivo no estudo da Bíblia, bem como os leitores em partes do mundo onde há poucos recursos para uma pesquisa da cultura da Antiguidade.

Não escrevo este livro (ao contrário de outros volumes de minha autoria) para os acadêmicos, que têm acesso a muitas fontes primárias utilizadas aqui, nem mesmo para os pastores que dispõem de diversos comentários com mais informações detalhadas sobre o ambiente de fundo de cada passagem bíblica. No entanto, muitos colegas pesquisadores da Bíblia lamentaram que este livro não forneça uma documentação acadêmica que os ajude a se aprofundar nas informações aqui apresentadas. Lamento essa ausência, mas em vista do tamanho do livro e de seu público principal, a decisão editorial foi de não sobrecarregá-lo com essa documentação, que teria sido extensa. Acrescentei algumas referências nesta edição, mas de modo bem contido.

Os estudiosos saberão em que fontes encontrar parte das informações apresentadas aqui. Entretanto, também estou escrevendo comentários mais acadêmicos, que fornecem documentação e detalhes suficientes do que só aparece de forma resumida nesta obra. O leitor que deseja se aprofundar nas informações culturais poderá recorrer aos meus comentários acadêmicos de Mateus e João (além de meu livro *Historical Jesus of the Gospels* [O Jesus histórico dos Evangelhos]), ao meu comentário de vários volumes de Atos e aos comentários menores

que escrevi sobre Romanos, 1 e 2Coríntios e Apocalipse, os quais relacionam a maior parte das fontes relevantes para as respectivas obras. Eu não conseguiria incluir essa documentação aqui sem aumentar a obra e o custo da impressão, mas a disponibilizo nos meios apropriados, em que aqueles que a desejam podem encontrá-la. Estou seguro de que o leitor que tenha examinado minhas obras mais acadêmicas não duvidará do nível de pesquisa de fontes em que meu trabalho se fundamenta. Contudo, o bom estudioso nunca para de estudar e, após duas décadas de publicação, chegou a hora de apresentar uma versão ligeiramente revisada deste comentário.

Tenho enorme dívida para com muitos professores com os quais estudei ao longo dos anos. Também devo muito aos estudantes a quem servi no ministério prático ou pelo ensino nas faculdades, bem como às congregações às quais servi, pela oportunidade de testar as ideias deste comentário. Foram essas pessoas que me ajudaram a avaliar quais eram os elementos culturais mais relevantes e os mais periféricos para a transmissão da mensagem do texto bíblico.

Preciso agradecer, em especial, à InterVarsity Press e a seus editores que trabalharam comigo neste projeto (na época, Rodney Clapp, Ruth Goring e Dan Reid) por levarem a sério a missão do livro. Assim como é preciso tornar as Escrituras acessíveis ao leitor comum de todas as culturas, também é necessário tornar acessível o contexto histórico-cultural da Bíblia, para que o leitor possa ouvir seus trechos da mesma maneira que o público original. Cerca de dois anos após haver decidido que a InterVarsity seria a editora ideal para um comentário como este, se eu tivesse tempo para escrevê-lo, Rodney me perguntou se eu estaria interessado em escrever para a editora. Então, propus este livro. Antes de receber a resposta, comecei a calcular a renda de que eu precisaria para pagar meus suprimentos e o aluguel (de um apartamento grande o suficiente para acomodar os documentos de minha pesquisa), caso dedicasse um ano de minha vida a escrever este comentário em tempo integral. Na época, a soma me pareceu imensa, visto ser o único tipo de emprego que eu acreditava disponível para mim naquele ano; e tudo o que pude fazer foi orar. Menos de vinte e quatro horas depois, Rodney telefonou, surpreendendo-me com a oferta de um adiantamento. Não havia como ele saber que a oferta que me fez era exatamente a quantia em dólares pela qual eu havia orado na noite anterior. Sou profundamente grato ao Senhor por providenciar a oportunidade de prosseguir nessa pesquisa e publicá-la, e oro para que este livro sirva para suprir as necessidades da igreja dele.

Como usar este comentário

Em sua definição mais básica, “pano de fundo”, “ambiente”, “contexto” ou “antecedentes” são os elementos que os autores da Bíblia não precisavam mencionar porque poderiam presumir que seu público original os conhecia. Contudo, o público atual muitas vezes não conhece esses elementos, e alguns textos bíblicos se tornam igualmente obscuros quando não dispomos dessas informações. Conhecer o ambiente histórico e cultural de cada passagem pode lançar luz sobre praticamente todo o Novo Testamento, mas grande parte desses dados é de difícil acesso para o leitor sem especialização na área. Embora existam muitos comentários bíblicos úteis, não há nenhum de um só volume que se concentre exclusivamente nas fontes histórico-culturais do Novo Testamento. Mas o ambiente histórico-cultural — que indica como os autores do Novo Testamento e seus primeiros leitores teriam entendido a mensagem — é justamente o recurso que falta para o leitor não especialista que deseja estudar a Bíblia (a maior parte dos outros elementos, como o contexto literário, pode ser observada com base no próprio texto).

Há livros que tratam dos antecedentes culturais do Novo Testamento, mas nenhum deles está organizado de forma que permita ao leitor responder a todas as perguntas pertinentes de determinada passagem. Essa carência me convenceu, há quase três décadas, a realizar este projeto, a menos que alguém me antecedesse nele. O livro foi escrito com a esperança de que mais leitores possam, agora, ouvir o Novo Testamento de um modo bem mais próximo ao que foi ouvido pelo público original.

Um comentário cultural

O conhecimento dos antecedentes culturais influencia a nossa interpretação do Novo Testamento. Por exemplo, como havia muitos exorcistas na Antiguidade, os leitores da época não ficariam surpresos com o fato de Jesus expulsar demônios das pessoas; contudo, visto que a maioria dos exorcistas utilizava fórmulas mágicas (veja *MAGIA* no glossário) ou raízes com mau odor para tentar expulsar os demônios, o método de Jesus — o de expulsá-los “por sua palavra” — era impressionante. Ou se lemos 1Coríntios 11, que trata do conflito em torno do véu das mulheres, munidos de conhecimento sobre as tensões que o costume gerava entre as mulheres abastadas e as menos abastadas na Corinto do século 1, temos maior clareza do ensinamento de Paulo nessa passagem. Já uma compreensão das ideias antigas sobre a escravidão revela que os ensinamentos de Paulo a respeito do tema, longe de apoiarem a instituição, na verdade a enfraqueciam. Entender o que o povo judeu queria dizer com “ressurreição” contesta as objeções atuais de inúmeros céticos quanto à natureza da ressurreição de Cristo. Conhecer o direito romano nos ajuda a entender por que Félix lançou mão de uma

prática política perversa, em vez de simplesmente libertar Paulo depois de seu discurso de defesa. E assim por diante.

O único propósito deste comentário (diferentemente da maioria dos comentários bíblicos) é disponibilizar ao leitor os aspectos mais relevantes dos antecedentes culturais, sociais e históricos do Novo Testamento, a fim de que ele seja lido da mesma maneira que os destinatários originais o fizeram. Embora tenha sido necessário acrescentar algumas notas de natureza teológica ou literária, elas se resumem ao essencial para deixar a maior parte da tarefa de interpretação a cargo do leitor.

Conhecer a cultura da Antiguidade é fundamental para entender a Bíblia, especialmente as passagens que nos são mais estranhas. A necessidade de compreender o ambiente histórico e cultural dos autores bíblicos não significa negar que as passagens bíblicas sejam válidas para todas as *épocas*. O fato, contudo, é que elas não são válidas para todas as *circunstâncias*. Os diferentes textos da Bíblia tratam de situações distintas (por exemplo, algumas passagens nos ensinam como podemos ser salvos; outras tratam do chamado de Cristo para a obra missionária ou da preocupação de Jesus com os pobres; e assim por diante). Para entender a que tipo de circunstâncias essas passagens se aplicam de forma mais direta, é necessário compreender a que circunstâncias originais elas se destinavam.

Essa observação não pretende subestimar outros fatores relevantes na interpretação da Bíblia. A questão mais importante — depois da aplicação da Palavra de Deus ao nosso coração e vida por obra do Espírito — é sempre o contexto literário da passagem. É preciso ler cada livro da Bíblia na forma final em que foi composto sob a inspiração do Espírito Santo. Este comentário pretende apenas servir de instrumento ao leitor dando-lhe acesso direto ao ambiente histórico-cultural do Novo Testamento e não tem o propósito de contar a história toda. Em minhas pregações e ensino, tendo a me concentrar mais no contexto literário do que nos antecedentes culturais do trecho bíblico. Mas o leitor poderá averiguar por si mesmo o contexto de cada passagem estudando as Escrituras. Para a maioria de nós, a aplicação das Escrituras também é fundamental, mas as aplicações específicas hão de diferir de cultura para cultura e de pessoa para pessoa; e, novamente, essas aplicações estão facilmente disponíveis aos leitores da Bíblia sem a necessidade de ajuda externa.

Para a maior parte do público deste comentário, que não estudou grego e hebraico, ter uma tradução bíblica fiel e de fácil leitura é fundamental para o entendimento do texto sagrado (por exemplo, tanto a ARA, mais voltada à tradução palavra por palavra, quanto a NVI, mais legível como texto corrente, são muito úteis. Não seria má ideia ler a NVI habitualmente e recorrer à ARA ou à A21 para as passagens mais detalhadas, ou comparar as três versões). Se versões antigas como a KJV se basearam em meia dúzia de manuscritos, em geral medievais, hoje dispomos de mais de cinco mil manuscritos do Novo Testamento, incluindo alguns que datam de um período muito próximo de sua composição (segundo os padrões aplicados aos textos antigos). Graças a esses manuscritos, o Novo Testamento é de longe a obra mais bem documentada da Antiguidade, e é por isso também que hoje temos acesso a traduções mais precisas que as disponíveis no passado. Mas o principal motivo para se recorrer a uma tradução mais atual da Bíblia é a possibilidade de lê-la em uma linguagem popular, sendo, portanto, de mais fácil compreensão. O fundamental da leitura bíblica é, afinal, entender as Escrituras para que possamos obedecer a seus ensinamentos.

Outros métodos de estudo mais profundo do texto, como a preparação de esboços e as anotações de sermões ou aulas, também são proveitosos para muitos leitores. Se o leitor deseja obter guias mais completos para o estudo da Bíblia, ele pode consultar (entre fontes menos técnicas) obras como Gordon Fee; Douglas Stuart, *Entendes o que lêes? Um guia para entender a Bíblia com auxílio da exegese e da hermenêutica*, 3. ed., rev. amp. (São Paulo: Vida Nova, 2011);

J. Scott Duvall; J. Daniel Hays, *Grasping God's Word: a hands-on approach to reading, interpreting, and applying the Bible* (Grand Rapids: Zondervan, 2001).

Contudo, quando se trata de recursos bíblicos, um fator que não está disponível para a maioria dos leitores é o ambiente cultural dos textos das Escrituras. O objetivo do nosso comentário é suprir essa lacuna. Por isso, ele deve ser usado com os outros elementos importantes do estudo bíblico: uma tradução bíblica precisa e de fácil compreensão, análise do contexto literário das passagens, oração e aplicação pessoal.

Este comentário, volto a insistir, não será proveitoso ao leitor que ignore o contexto literário de cada passagem do Novo Testamento. Essa regra de interpretação é ainda mais fundamental que o conhecimento dos antecedentes culturais. É melhor ler inteiro cada livro da Bíblia do que pular de uma parte para outra de forma indiscriminada, pois, da primeira maneira é possível compreender a mensagem completa de determinado livro bíblico e interpretar cada passagem no contexto mais amplo. Os livros bíblicos, em geral, foram escritos em momentos distintos e para diferentes grupos de leitores, que os liam um de cada vez e os aplicavam às suas situações de vida específicas. É preciso ter isso em mente quando se lê, ensina ou prega a Bíblia. (Muitas das supostas contradições bíblicas se devem à ignorância do contexto literário e da forma pela qual os livros eram escritos naquela época. Os autores antigos, assim como os pregadores atuais, ao organizar seu material, muitas vezes aplicavam e atualizavam a linguagem do texto, mantendo-se, no entanto, fiéis a seu sentido. O contexto literário, portanto, costuma ser um excelente guia para a aplicação dos ensinamentos da Bíblia.) Antes de usar este comentário, é importante sempre verificar o contexto mais amplo da passagem em análise.

Uma vez examinado o contexto literário da passagem, este comentário será uma ferramenta inestimável. Ele poderá ser utilizado por quem estiver lendo a Bíblia inteira, um pouco a cada dia, como leitura devocional; ou para a preparação de estudos bíblicos e sermões. A Bíblia, o único livro aceito como Palavra de Deus pelos cristãos conservadores, é a obra mais importante que podemos estudar, e espero que este comentário auxilie todos os cristãos no estudo da Palavra.

Embora o formato desta obra já tenha sido testado em sala de aula, em estudos bíblicos, no púlpito e em devocionais individuais, é possível que não trate de certas questões socioculturais ligadas a passagens específicas do Novo Testamento. Por mais que se tenha buscado responder às perguntas certas, é impossível prevêê-las todas; por isso, algumas obras relevantes que tratam da cultura antiga estão listadas na breve bibliografia no final desta introdução.

Talvez o leitor também descubra o contexto cultural de determinada passagem bíblica em seções que analisam outros trechos, em que me pareceu de maior importância apresentá-lo. Visto que o próprio Novo Testamento é composto de livros voltados a diferentes públicos (Marcos pretende ser uma leitura rápida, ao passo que Mateus foi escrito para ser estudado e memorizado), minha análise de alguns livros é mais detalhada do que a de outros. Por ser o livro bíblico mais estranho ao leitor moderno, Apocalipse recebeu uma análise mais pormenorizada que os demais.

Como usar este livro

Este comentário pode ser usado tanto como obra de referência quanto como auxílio da leitura bíblica habitual. Seja na leitura devocional, seja na preparação de um sermão ou estudo bíblico, duas das ferramentas hermenêuticas mais fundamentais já estão na própria Bíblia: o texto e o contexto literário. A terceira ferramenta fundamental, conhecida e presumida pelos leitores antigos, mas fora do alcance da maioria dos leitores atuais, é o ambiente por trás de

cada passagem. Este comentário foi escrito para suprir essa necessidade com o máximo de informações possível em uma obra de um só volume.

O elemento mais importante para a compreensão das ideias sobre os antecedentes culturais do Novo Testamento é o próprio Antigo Testamento, especialmente sua tradução grega. A maioria dos autores neotestamentários escreveu para grupos que já conheciam o Antigo Testamento e que podiam pressupor esses antecedentes teológicos comuns. Este comentário inclui também informações do ambiente cultural do Antigo Testamento. No entanto, como o Antigo Testamento está disponível a todos os leitores da Bíblia, enfocamos de modo particular outros aspectos das culturas judaica e greco-romana do primeiro século. Os primeiros autores cristãos naturalmente se basearam em outras fontes cristãs primitivas, várias delas acessíveis no Novo Testamento. Essas tradições muitas vezes são mais relevantes, especialmente quando se trata das obras posteriores do Novo Testamento, do que as informações que apresento neste livro; mas como o leitor tem acesso direto ao Novo Testamento, omitimos aqui a maior parte desse material. Também foram omitidas as notas sobre o contexto transcultural das Escrituras por ser uma informação que é presumida por leitores em todas as culturas.

Os que utilizarão este comentário para o estudo bíblico pessoal devem primeiro ler as passagens bíblicas pertinentes e examinar seu contexto mais amplo. Depois, poderão com maior proveito recorrer às notas deste comentário; talvez seja útil também ler as notas sobre passagens relacionadas. Uma vez estabelecido o que o texto pretendia dizer ao leitor antigo, o leitor atual sente-se mais familiarizado com os temas que estão sendo abordados e pode passar à etapa da aplicação.

As circunstâncias por trás da carta de Paulo aos Romanos fornecem um exemplo de como aplicar as lições deste comentário. Na carta, Paulo argumenta (entre outras coisas) que tanto judeus como gentios são salvos segundo as mesmas condições e exorta os leitores a que se reconciliem dentro do corpo de Cristo. Se a mensagem desse evangelho de Paulo se opunha às divisões étnicas que o próprio Deus havia de certa forma estabelecido, quanto mais não se oporá às divisões étnicas, tribais e raciais que existem no corpo de Cristo hoje, tanto no aspecto local quanto mundial? Quando entendemos o sentido do texto bíblico à luz de seus antecedentes culturais original, somos capacitados a aplicá-lo tanto à nossa vida pessoal quanto à cultura atual.

Visto que a mensagem bíblica original, uma vez compreendida, trata claramente de questões humanas atuais nas mais diferentes situações e culturas, a forma de aplicarmos essa mensagem será distinta de pessoa para pessoa e de cultura para cultura (p. ex., se Paulo exorta os coríntios a lidarem de modo sério com a questão do pecado, o princípio enfatizado pelo apóstolo fica evidente; mas pessoas diferentes terão de lidar com pecados diferentes). Por esse motivo, a aplicação prática das Escrituras fica, em geral, a cargo do bom senso do leitor e de sua sensibilidade ao Espírito Santo.

Esse princípio se aplica, com frequência, até nos casos em que senti intensamente a necessidade de fornecer orientações práticas para a aplicação da passagem abordada. Quando abordo Mateus 24.15-22, por exemplo, resalto os detalhes que se cumpriram no período de 66-70 d.C. Há quem acredite que algumas profecias dessa passagem voltarão a se cumprir; contudo, como essa é uma questão mais teológica do que histórico-cultural, deixo ao leitor a opção de tratar do assunto de acordo com seu critério. Da mesma forma, estou convencido de que os antecedentes histórico-culturais de passagens que comentam o ministério das mulheres deveriam convencer o leitor atual de que Paulo realmente aceita o ministério feminino de ensino. Todavia, devido ao propósito deste comentário, o leitor que não compartilhe dessa convicção poderá, mesmo assim, recorrer à minha análise das passagens sem se sentir constrangido a aceitar minha perspectiva. (Mesmo os leitores que discordem de mim encontrarão, em geral, alguma utilidade nas informações culturais que forneço aqui; por exemplo, hoje,

poucos leem a injunção de Paulo ao silêncio feminino de forma tão literal a ponto de proibir as mulheres de cantar na igreja.) A verdade é que na maioria dos casos em que cristãos sinceros lidam com o mesmo contexto literário e os mesmos antecedentes culturais das Escrituras, as conclusões a que costumam chegar são as mesmas.

A maior parte dos leitores está familiarizada com palavras como *sacerdote* e *Palestina*. Os termos, porém, cujo sentido cultural talvez não seja conhecido do leitor, estão no glossário ao final deste livro e ao longo do volume são grafados em VERSALETE pelo menos uma vez por seção. Alguns termos teológicos recorrentes (como *Espírito*, *apocalíptico*, *Diáspora*, *fariseu*, *reino*) tinham uma série de conotações específicas na Antiguidade impossível de apresentar em cada passagem deste volume; portanto, os leitores fariam bem em se familiarizar com os termos conforme eles são definidos no glossário. Deve-se observar que, em geral, segui a nomenclatura comum, mesmo quando é imprecisa ou às vezes controversa, nos casos em que seria difícil fornecer termos alternativos. Assim, utilizo os termos “cristão” e “judeu”, ainda que, na época, houvesse muita sobreposição entre essas duas categorias. Da mesma forma, sigo a convenção acadêmica quando trato da Roma Antiga; não estou tomando nenhuma espécie de partido político (como reclamou um crítico) quando menciono a “Palestina”. Embora eu esteja aberto a alternativas, o termo “Judeia-e-Samaria-e-Galileia” é muito desajeitado para ser empregado. Adoto a convenção acadêmica, também, no uso do termo “patronos”, em vez de me valer da terminologia política romana mais estrita, e assim por diante.

Como não usar este livro

Nem toda informação relativa ao ambiente histórico-cultural deste comentário é de igual utilidade para a compreensão das Escrituras. Algumas dessas informações são quase auto-evidentes, sobretudo nas situações em que a cultura antiga e a do leitor moderno se sobrepõem. Semelhantemente, nem todas as fontes têm o mesmo valor para os nossos fins. Algumas, particularmente as rabínicas, são posteriores ao Novo Testamento; parte das informações extraídas delas é bastante útil, outras, nem tanto. Considerarei esses fatores com o maior cuidado possível ao elaborar este comentário. Em geral, só forneço citações explícitas do Antigo Testamento, dos Apócrifos e, às vezes, dos textos pseudepigráficos judaicos; citar todas as fontes rabínicas, gregas e romanas tornaria a obra excessivamente enfadonha para o público em geral. Muitas observações e análises que ofereço em minhas obras de teor mais acadêmico são omitidas aqui, porque é difícil determinar a probabilidade de sua relevância (p. ex., o fato de um costume específico ser atestado somente mais tarde e com raras ocorrências).

Algumas informações sobre o contexto cultural foram incluídas porque costumam ocorrer nos comentários acadêmicos padrão, cabendo ao leitor julgar o grau de relevância para sua interpretação pessoal das Escrituras. Este comentário concentra-se nos antecedentes culturais das passagens bíblicas e não determina como o leitor deve interpretar ou aplicar cada passagem; mesmo para aqueles que porventura discordem de alguma interpretação sugerida por mim, este comentário não deixará de lhes ser proveitoso.

O mais importante é que o leitor esteja ciente de que os paralelos entre uma ideia do Novo Testamento e outra comum no mundo antigo não indicam necessariamente uma cópia — é possível que ambas tenham se baseado em algum ditado ou conceito cultural popular. Portanto, menciono esses paralelos apenas para ilustrar como muitas pessoas naquela cultura teriam compreendido o que o Novo Testamento estava dizendo. Por exemplo, o fato de Paulo recorrer aos tipos de argumento empregados pelos retóricos (oradores públicos profissionais) indica que o apóstolo estava inserido na cultura da época, mas não que ele tenha escrito suas cartas sem a inspiração do Espírito Santo. Além disso, pessoas e fontes de diferentes culturas

entre as quais não há uma relação direta (p. ex., os estoicos e o Antigo Testamento) podem, ainda assim, compartilhar determinados conceitos simplesmente porque faziam sentido nas respectivas culturas (ou mesmo na maioria delas), embora não façam mais sentido na nossa. Nossa cultura restringe, muitas vezes de maneira inconsciente, a compreensão dos textos de Paulo e de seus contemporâneos. O fato de que os antigos não pensavam do mesmo modo que nós não significa que estivessem errados; eles ainda têm muito a nos ensinar em áreas como a retórica e os relacionamentos humanos.

Da mesma forma, quando comento que Paulo utilizava a linguagem dos filósofos estoicos, não estou dizendo que ele adotava o estoicismo; o fato é que o discurso filosófico público da época havia sido, em geral, influenciado pelas ideias e terminologia estoicas. Mas há situações em que o emprego da linguagem filosófica é intencional; o observador de fora da igreja às vezes via o cristianismo como escola filosófica, e os cristãos puderam aproveitar essa percepção externa como meio de comunicar o evangelho. Assim como outros autores, Paulo era capaz de se dirigir à cultura com a linguagem popular da época, mas adaptando-a ao propósito de sua mensagem.

Quando menciono alguma tradição judaica posterior que explica o Antigo Testamento, não quero dar a entender que ela seja necessariamente verdadeira. Essas menções pretendem ajudar no entendimento de como os primeiros leitores e ouvintes do Novo Testamento interpretavam os personagens do Antigo. Os autores do Novo Testamento também fazem alusão, às vezes, a tradições extrabíblicas (Jd 14,15). (Contudo, não é preciso crer que estivessem sempre adaptando as imagens do judaísmo antigo para relacioná-las com a própria cultura. Com frequência, existia uma variedade de correntes judaicas de pensamento, e o autor do Novo Testamento selecionava uma delas. Embora os autores neotestamentários precisassem adaptar a linguagem da época para comunicar suas ideias, nem eles nem nós temos de ver nessa linguagem um instrumento impreciso. Alguns leitores presumem de forma irrefletida que toda cosmologia antiga está errada; mas as experiências e as interpretações que às vezes se atribuem a essas visões de mundo “primitivas”, como a posse por espíritos malignos, aparecem em um grande número de culturas; não é preciso explicá-las com as lentes do reducionismo ocidental moderno.)

Finalmente, ao aplicar o texto bíblico é preciso sempre ter cautela. É importante que só apliquemos os textos bíblicos a situações que lhes sejam genuinamente análogas. Não faria sentido, citando um exemplo óbvio, ler as acusações de Jesus contra os líderes religiosos da época como ataques a todo o povo judeu, conforme a leitura de alguns antissemitas. Jesus e os discípulos eram judeus, e usar o texto dessa maneira errada é tão insensato quanto seria recorrer ao livro de Êxodo para atacar os atuais egípcios (um erro que os profetas posteriores do Antigo Testamento não cometeram — veja, p. ex., Is 19.23-25). As condenações que Cristo fez à falsa devoção das autoridades religiosas da época não têm a menor relação com a etnia delas; em vez disso, o propósito delas é nos confrontar e nos advertir, como povo de Deus de hoje, a não procedermos da mesma forma que os líderes religiosos daquela época. A questão era religiosa, e não étnica. Em outras palavras, é preciso aplicar os *princípios* do texto bíblico à luz das verdadeiras questões de que os autores estavam tratando, sem ignorar o contexto histórico das passagens.

Um comentário popular, não acadêmico

Os acadêmicos profissionais talvez fiquem decepcionados com a constatação de que o texto desta obra não contém o nível de referências nem de elaboração que se espera de uma obra acadêmica. É preciso ter em mente, contudo, que o livro não foi escrito basicamente para

teólogos, que já têm acesso a grande quantidade desses dados em outras fontes. No que diz respeito à maior parte do Novo Testamento, já forneci minhas fontes mais relevantes com mais detalhes em outros comentários. Uma obra de referência concisa e fácil de manusear como esta consegue tornar disponível uma grande quantidade de informações úteis tanto para os pastores atarefados como para os leitores da Bíblia cujos recursos e tempo para a pesquisa bíblica sejam mais limitados.

A inclinação do estudioso é apresentar as referências e investigar todos os aspectos de cada questão, tomando cuidado com as nuances da linguagem que emprega e resguardando-se dos ataques dos que adotam interpretações opostas dos mesmos textos. Sigo esse método em algumas de minhas outras obras, mas essa abordagem seria impossível em um volume deste tamanho. Outra tendência dos acadêmicos é incluir na obra todos os dados relevantes disponíveis, algo que, mais uma vez, a limitação do propósito do livro me impede aqui. A fim de ser útil para a pregação da maioria dos pastores e para o estudo bíblico da maioria dos cristãos, é importante que a linguagem deste comentário seja simples e concisa.

Em geral, não trato de questões acadêmicas que não tenham relação direta com o tema central da obra, isto é, o contexto histórico do Novo Testamento. Para o propósito deste livro, é importante indagar o que a passagem bíblica em sua forma final significa; ele não pretende analisar quais eram as fontes do texto e como ocorreu seu processo editorial. Só lidei com essas questões nos casos em que isso me pareceu absolutamente necessário.

Da mesma forma, o propósito desta obra restringe-se não só aos antecedentes histórico-culturais, mas também aos aspectos que de fato esclareçam o Novo Testamento. Declarar, por exemplo, que determinada ênfase do cristianismo primitivo é exclusiva do cristianismo não significa afirmar que outros grupos religiosos da época não tivessem as próprias características distintivas; mas este comentário trata do Novo Testamento e não desses outros grupos.

No entanto, procurei ser o mais justo possível com as diferentes perspectivas dos antecedentes histórico-culturais do Novo Testamento. Minha análise se divide, praticamente de forma igual, entre o contexto judaico e o greco-romano, com ênfase no judaísmo antigo como parte da cultura mediterrânea mais ampla. Em muitos casos trabalhei com diferentes interpretações das evidências disponíveis antes de indicar a perspectiva (ou as perspectivas) que me pareceu a mais exata ou a mais relevante para a compreensão do texto bíblico. É claro que nem todo estudioso concordará com cada ponto das minhas conclusões, mas procurei fazer com que este livro seja o mais preciso e proveitoso possível. Espero que ele não só estimule outros estudiosos do Novo Testamento a se aprofundarem mais ainda na área, mas também proporcione um fácil acesso ao mundo do Novo Testamento àqueles cujo chamado não lhes permite investigar o tema com mais detalhes.

Meus comentários se baseiam no que originalmente era um fichário de cem mil itens, a maioria deles referente a fontes literárias primárias da Antiguidade, mas incluindo também pesquisas acadêmicas recentes sobre as culturas judaica e greco-romana da época em que o Novo Testamento foi escrito, bem como observações oferecidas por comentários que precederam este volume.

Para manter o comentário em um tamanho que seja fácil de manusear, precisei tomar decisões muito difíceis sobre a escolha do material. Não cito os inúmeros paralelos possíveis às expressões bíblicas de que trato aqui, nem menciono paralelos distantes que não esclareceriam as passagens, seja para o ministro, seja para o leitor leigo. Com frequência preferi eliminar material de valor duvidoso, embora seja usado por outros estudiosos (p. ex., devido à incerteza da datação das Similitudes de Enoque (*1En* 37—71), não as menciono na seção que aborda a atribuição do título “Filho do Homem” a Jesus, ainda que pudessem ser relevantes). Também busquei evitar a reprodução de informações disponíveis em outras obras de referência mais populares. Como os livros que tratam do vocabulário do Novo Testamento

são comuns (e o Novo Testamento contém muitas palavras gregas), geralmente omito análises dos vocábulos gregos a não ser que o significado do texto dependa do contexto cultural mais amplo dessas palavras.

Talvez os leitores descubram alguns pontos em que minha teologia tenha influenciado minha interpretação e levado minhas conclusões sobre determinada passagem do Novo Testamento a serem diferentes das deles. Realmente, esforço-me para que minha teologia e as aplicações que dela faço derivem exclusivamente de meu estudo do texto bíblico, mas se o contrário é o que às vezes ocorre, peço ao leitor que me perdoe. O intuito deste livro é ser útil, e não gerar polêmica, e se os leitores discordam em alguns pontos, espero, ainda assim, que a maior parte do comentário lhes seja proveitosa.

Outras fontes para estudar o ambiente cultural do Novo Testamento

Por serem úteis ao leitor do Novo Testamento, recomendamos a consulta das seguintes fontes:

Informações gerais. Veja especialmente John E. Stambaugh; David L. Balch, *The New Testament in its social environment*, LEC 2 (Philadelphia: Westminster, 1986); David E. Aune, *The New Testament in its literary environment*, LEC 8 (Philadelphia: Westminster, 1987); Everett Ferguson, *Backgrounds of early Christianity* (Grand Rapids: Eerdmans, 1987). Uma coleção de textos muito útil é C. K. Barrett, *The New Testament background: selected documents*, ed. rev. (San Francisco: Harper & Row, 1989). Alguns dicionários bíblicos de um só volume (p. ex., os publicados por Vida Nova, Eerdmans e InterVarsity) são de grande ajuda; veja as obras de referência maiores e completas a seguir: Geoffrey W. Bromiley, org., *The international standard Bible encyclopedia*, ed. rev. (Grand Rapids: Eerdmans, 1979-1988), 4 vols.; David Noel Freedman, org., *Anchor Bible dictionary* (New York: Doubleday, 1992), 6 vols.; e, especialmente para informações sobre os antecedentes histórico-culturais, veja Craig A. Evans; Stanley E. Porter, orgs., *Dictionary of New Testament background* (Downers Grove: InterVarsity, 2000). Extremamente úteis para entender o Novo Testamento são as seguintes obras de referência sobre a Antiguidade: *The Oxford classical dictionary*, 3. ed. (New York: Oxford University Press, 2003) e *Brill's new Pauly* (Leiden: Brill, 2011), 22 vols.; entretanto, como ocorre com obras de referência desse tipo, é preciso lê-las do começo ao fim ou saber em que partes procurar as informações desejadas. Anos após o lançamento deste meu comentário (1993), alguns excelentes comentários culturais foram publicados em vários volumes (refiro-me aos comentários editados por Clinton Arnold e Craig Evans); outro bom recurso para o estudo do ambiente cultural do Novo Testamento, que inclui citações extensas de fontes antigas, é M. Eugene Boring; Klaus Berger; Carsten Colpe, orgs., *Hellenistic commentary to the New Testament* (Nashville: Abingdon, 1995). Atualmente a obra mais completa para o estudo dos antecedentes histórico-culturais do Novo Testamento é um projeto de longo prazo que sem dúvida se provará valiosíssimo para os estudiosos: Ugo Schnelle et al., orgs., *Neuer Wettstein: Texte zum Neuen Testament aus Griechenland und Hellenismus* (New York: De Gruyter, 1996-).

Como compreender a Bíblia em seu contexto. Veja as seguintes obras de nível básico: Gordon D. Fee; Douglas Stuart, *Entendes o que lês? Um guia para entender a Bíblia com auxílio da exegese e da hermenêutica*, 3. ed. rev. amp. (São Paulo: Vida Nova, 2011); J. Scott Duvall; J. Daniel Hays, *Grasping God's word: a hands-on approach to reading, interpreting, and applying the Bible* (Grand Rapids: Zondervan, 2001). Duas recentes introduções ao Novo Testamento que enfatizam o contexto cultural são David A. deSilva, *An introduction to the New*

Testament: contexts, methods & ministry formation (Downers Grove: IVP Academic, 2004); Gary M. Burge; Lynn H. Cohick; Gene L. Green, *The New Testament in Antiquity: a survey of the New Testament within its cultural context* (Grand Rapids: Zondervan, 2009).

Para uma análise mais avançada de abordagens interpretativas, veja, por exemplo, Jeannine K. Brown, *Scripture as communication: introducing biblical hermeneutics* (Grand Rapids: Baker Academic, 2007); Grant R. Osborne, *A espiral hermenêutica: uma nova abordagem à interpretação bíblica* (São Paulo: Vida Nova, 2009); e Kevin J. Vanhoozer, *Há um significado neste texto? Interpretação bíblica: os enfoques contemporâneos* (São Paulo: Vida, 2010). Para uma obra que se concentra especialmente nas questões culturais de interpretação, com prefácio de Darrell L. Bock, veja William J. Webb, *Slaves, women and homosexuals: exploring the hermeneutics of cultural analysis* (Downers Grove: IVP Academic, 2001).

Judaísmo: obras gerais. E. P. Sanders, *Judaism: practice and belief, 63 BCE-66 CE* (Philadelphia: Trinity, 1992).

Judaísmo: textos rabínicos. O conjunto mais volumoso de fontes judaicas antigas a que temos acesso vem dos rabinos; uma análise popular da literatura rabínica é Ephraim E. Urbach, *The sages: their concepts and beliefs*, 2. ed. (Jerusalém: Hebrew University Magnes Press, 1979), 2 vols. Infelizmente, a obra apresenta pouca comparação de datas entre as diferentes tradições rabínicas; quem estuda o Novo Testamento deve se basear nas tradições anteriores e mais amplamente atestadas (de preferência em outros tipos de fontes). Uma análise detalhada de datação das tradições rabínicas é encontrada na obra em vários volumes de David Instone-Brewer, *Traditions of the rabbis from the era of the New Testament* (Grand Rapids: Eerdmans, 2004-).

Judaísmo: análise dos documentos. Uma obra valiosa é Samuel Sandmel, *Judaism and Christian beginnings* (New York: Oxford University Press, 1978); para uma abordagem mais extensa, veja Craig A. Evans, *Ancient texts for New Testament studies: a guide to the background literature* (Grand Rapids: Baker Academic, 2005). Abordagens recentes e progressistas podem ser encontradas em volumes como Robert A. Kraft; George W. E. Nickelsburg, orgs., *Early Judaism and its modern interpreters*, SBLBMI 2 (Atlanta: Scholars, 1986). A maioria das questões é tratada em detalhes em obras mais especializadas; por exemplo, sobre as concepções judaicas acerca da salvação (ainda que alguns aspectos tenham sido revistos em pesquisas recentes), veja E. P. Sanders, *Paul and Palestinian Judaism* (Philadelphia: Fortress, 1977); quanto ao papel das mulheres, veja Leonard Swidler, *Women in Judaism: the status of women in formative Judaism* (Metuchen: Scarecrow, 1976); Judith Romney Wegner, *Chattel or person? The status of women in the Mishnah* (New York: Oxford University Press, 1988).

Judaísmo: fontes primárias. Deve-se ler especialmente o Antigo Testamento e os Apócrifos (no caso destes, especialmente *Sabedoria de Salomão* e *Eclesiástico*); em seguida, traduções dos Manuscritos do Mar Morto (talvez, esp., a *Regra da Comunidade* [1QS], o *Documento de Damasco* [CD] e o *Rolo da Guerra* [1QM]); e os documentos de datas mais relevantes em James H. Charlesworth, org., *The Old Testament pseudoepigrapha* (Garden City: Doubleday, 1983-1985), 2 vols., especialmente *1 Enoque*, *Jubileus*, *Oráculos Sibílicos* (nem todos são do mesmo período), a *Carta de Arístéas* e outros textos, por exemplo, *4 Esdras* e *2 Baruque*. Flávio Josefo é, em muitos aspectos, a nossa fonte mais valiosa depois do Antigo Testamento, embora, devido ao grande volume de sua obra, talvez seja melhor concentrar a atenção em *Contra Apião*, a *Vida* e, então, o livro mais volumoso, *Guerra dos judeus*. O leitor talvez deseje examinar os textos de Filo de Alexandria para se familiarizar com um importante filósofo judeu da Diáspora; as obras de Filo estão agora editadas em volume único (*The works of Philo*, tradução para o inglês de C. D. Yonge [Peabody: Hendrickson, 1993]). Os que pretendem examinar a literatura rabínica em primeira mão podem começar com *Avot* na *Mishná*; várias tradições antigas estão também preservadas na *Toseftá*, *Avot de Rabbi Nathan* e os comentários tanaítas

sobre passagens do Pentateuco (*Mekilta de Êxodo*, *Sipra de Levítico*, *Sipra de Números* e *Sipra de Deuteronômio*). Informações arqueológicas são publicadas regularmente em periódicos especializados e livros; há coleções de inscrições e papiros, como *Select papyri*, LCL, tradução para o inglês de A. S. Hunt; C. C. Edgar; D. L. Page (Cambridge: Harvard University Press, 1932-1941), 3 vols.; análises como Naphtali Lewis, *Life in Egypt under Roman rule* (Oxford: Clarendon, 1983) também são úteis.

Mundo greco-romano: informações gerais. Veja Stambaugh; Balch, *New Testament in its social environment*; James S. Jeffers, *The Greco-Roman world of the New Testament era: exploring the background of early Christianity* (Downers Grove: IVP Academic, 1999); David A. de Silva, *Honor, patronage, kinship and purity: unlocking New Testament culture* (Downers Grove: IVP Academic, 2000); M. Cary; T. J. Haarhoff, *Life and thought in the Greek and Roman world*, 4. ed. (Londres: Methuen, 1946).

Mundo greco-romano: fontes secundárias. Quanto à forma pela qual os textos eram escritos e compreendidos no mundo greco-romano, veja Aune, *New Testament in its literary environment*; Stanley K. Stowers, *Letter writing in Greco-Roman antiquity*, LEC 5 (Philadelphia: Westminster, 1986). A respeito de questões éticas e dos moralistas, veja as fontes primárias e os comentários a respeito delas em Abraham J. Malherbe, *Moral exhortation: a Greco-Roman sourcebook*, LEC 4 (Philadelphia: Westminster, 1986). Sobre a religião grega, veja Walter Burkert, *Greek religion* (Cambridge: Harvard University Press, 1985).

Quanto aos historiadores, Tácito, Suetônio e Josefo são de fácil leitura e podem ser consultados antes das fontes secundárias; muitas fontes gregas e romanas estão publicadas como brochuras (p. ex., pela Penguin Books), embora quem deseje realizar um trabalho mais profundo deva pesquisar as edições da Loeb Classical Library. Entre as fontes secundárias que servem de auxílio estão: F. F. Bruce, *New Testament history* (Garden City: Doubleday, 1972); Bo Reicke, *The New Testament era: the world of the Bible from 500 B.C. to A.D. 100* (Philadelphia: Fortress, 1974). Obras especializadas, como as que tratam do papel da mulher na Antiguidade (p. ex., a coletânea de textos Mary R. Lefkowitz; Maureen B. Fant, *Women's life in Greece and Rome* [Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1982]) são indispensáveis para um estudo mais profundo. No que diz respeito à retórica e às técnicas de debate da Antiguidade, veja, por exemplo, R. Dean Anderson Jr., *Glossary of Greek rhetorical terms connected to methods of argumentation, figures and tropes from Anaximenes to Quintillian* (Leuven: Peeters, 2000); Stanley E. Porter, org., *Handbook of classical rhetoric in the Hellenistic period 330 B.C.-A.D. 400* (Leiden: Brill, 1997). Há muitas fontes valiosas sobre esse tema, sendo impossível nomear todas; um bom exemplo é Edwin A. Judge, *The first Christians in the Roman world: Augustan and New Testament essays* (James R. Harrison, org., WUNT 229 [Tübingen: Mohr Siebeck, 2008]).

Mundo greco-romano: fontes primárias. Muitos exemplos desse tipo de documento estão disponíveis em Robert K. Sherck, org., *The Roman Empire: Augustus to Hadrian*, TDGR 6 (New York: Cambridge University Press, 1988). Para a história romana do século 1, deve-se ler especialmente Tácito e Suetônio; para informações sobre a Judeia, há material especialmente pertinente em Josefo. Para a reflexão ética dos séculos 1 e 2, é preciso ler ao menos alguns textos de Epíteto, Sêneca, Plutarco e talvez de um satirista como Juvenal; veja também Abraham J. Malherbe, *The Cynic Epistles: a study edition*, SBLBS 12 (Missoula: Scholars, 1977). Para fontes dos debates antigos, entre as obras importantes estão *Institutio Oratoria* [Instituição Oratória] de Quintiliano, os ensaios retóricos de Dionísio de Halicarnasso e Cícero e obras semelhantes.

A necessidade de um comentário histórico-cultural

Muitos leitores reconhecerão o valor de um comentário que analise os aspectos culturais relacionados ao Novo Testamento. Mas é possível que outros leitores, mesmo depois de ler a seção “Como usar este comentário”, ainda estejam confusos quanto à utilidade de um comentário com esse enfoque. O texto a seguir ressalta a importância do conhecimento dos antecedentes culturais para a interpretação bíblica. Como aqueles que têm formação na área de estudos bíblicos certamente reconhecem o valor dessas informações, este artigo se dirige somente aos leitores sem preparo técnico no assunto.

Como a Bíblia nos convida a interpretá-la

Às vezes, ler as passagens da Bíblia à luz da cultura do mundo antigo simplesmente as torna mais concretas para nós. Essa leitura permite, por exemplo, sabermos algo sobre o caráter de Pilatos ou de Herodes Agripa I. Contudo, de vez em quando, ela também nos impede de interpretar as passagens bíblicas de modo inacreditável e absurdo. Por exemplo, você provavelmente não separa dinheiro para a igreja de Jerusalém todo domingo, mesmo que este seja um mandamento direto da Bíblia (1Co 16.1-3). Talvez também jamais tenha viajado a Trôade em busca da capa de Paulo para trazê-la de volta a ele (2Tm 4.13), mesmo que a passagem seja escrita na forma de mandamento.

Há outras passagens que podem não nos parecer absurdas, mas nos soariam diferentes se entendêssemos seu contexto cultural original. O perigo das aplicações “absurdas”, contudo, indica a importância de interpretar as Escrituras no devido contexto, sempre que possível. Isso sugere um método de leitura que, se seguido de forma consistente, pode nos ajudar a compreender toda a Bíblia de modo mais concreto.

Os leitores da Bíblia conhecem há muito o valor dos antecedentes histórico-culturais para a interpretação das Escrituras. Trata-se de um pressuposto dos próprios autores bíblicos. Por exemplo, quando Marcos escreve sobre uma questão debatida entre Jesus e seus adversários, ele explica o costume envolvido aos leitores gentios, os quais, de outra forma, não saberiam a respeito dele (Mc 7.3,4). Da mesma forma, quando os adversários de Jesus interpretam de forma literal uma aparente concessão da Lei, Cristo responde que a *intenção* da Lei é fundamental; entretanto, é preciso compreender a situação e o estado dos ouvintes originais para entendê-la (Mc 10.4,5).

Os autores bíblicos podem, com frequência, simplesmente presumir a importância do conhecimento da situação por parte dos leitores. Era ideia corrente no mundo antigo que,

quanto mais alguém conhecesse a situação que determinada obra aborda, melhor poderia compreendê-la (veja o comentário de Quintiliano, retórico romano do século 1, dos discursos, em *Institutio Oratoria*, 10.1.22; também é necessário reler o discurso para se captar todas as nuances e prognósticos sutis nele presentes [veja Quintiliano, op. cit., 10.1.20-21]). Quando Paulo, por exemplo, escreve uma carta aos coríntios, ele pode supor que os coríntios estão cientes das situações de que está tratando. Ler 1Coríntios é de certa forma como ouvir apenas um lado de uma conversa telefônica, que, felizmente, pode ser reconstituída quase integralmente com a leitura da carta. No entanto, parte do significado da conversa depende da própria natureza da situação, e não só das palavras acessíveis na carta. O que Paulo *presume* que os leitores de suas cartas entenderão faz parte do sentido delas tanto quanto o que ele *diz*, porque é *justamente a parte do sentido que ele não precisou tornar explícita* (essa abordagem reconhece a contribuição do que os estudiosos denominam “teoria da relevância”). Como Jesus observou nos debates com alguns intérpretes bíblicos da época, não somente as palavras das Escrituras têm importância, mas também o sentido e a intenção delas (p. ex., Mc 10.5,6).

Se não conseguimos nos identificar com a situação que os autores bíblicos e os leitores originais estão pressupondo, teremos maior dificuldade em compreender as ideias deles. Alguns exemplos ilustrarão esse princípio.

Em 1Coríntios 7, Paulo aborda a questão do celibato. Ele parece claramente favorável a essa condição e, mesmo que admita que o casamento é um modo de vida aceitável, para alguns comentaristas o apóstolo está sugerindo que o casamento é um modo de vida de segunda classe, destinado aos que não têm o dom de conseguir “se controlar”. Paulo certamente faz algumas observações válidas sobre os benefícios do celibato, mas seria ele de fato contra o casamento em geral? Observamos que 1Coríntios 7.1 nos informa, de modo claro, que Paulo está respondendo a uma carta enviada por cristãos da cidade de Corinto. Pelo fato de alguns desses crentes serem seguidores de uma corrente da época que se opunha ao matrimônio, seria igualmente possível interpretar o capítulo como se Paulo estivesse dizendo: “O parecer de vocês é bom, e eu concordo que o celibato é um belo dom de Deus. Mas vocês estão indo longe demais se desejam impor o celibato aos casados ou às pessoas que fariam bem em se casar”.

Um exemplo mais claro é a maneira de lermos as advertências de Paulo sobre a carne oferecida aos ídolos. É bem provável que leitores de algumas culturas atuais afirmem: “Bem, não existem mais ídolos aos quais oferecer sacrifícios hoje, então, vamos pular esse capítulo de 1Coríntios”. Mas essa ideia ignora a questão transcultural *por trás* da questão cultural. Uma vez que se perceba o quanto esse problema era sério em Corinto — os cristãos abastados que não ingerissem esses alimentos corriam o risco de ofender amigos e colegas de trabalho, e todo esse esforço seria apenas para impedir que os cristãos com consciência fraca fossem atingidos em sua fé —, podemos compará-lo a situações análogas atuais. Alguns cristãos modernos desejam viver uma vida de prestígio porque assim atrairão outras pessoas para sua fé, uma fé que exige pouco sacrifício — mesmo que essa religião exclua os sem-teto e os famintos das nações mais pobres e de nossas próprias cidades. Saber equilibrar os interesses dos diferentes grupos da igreja é, atualmente, uma questão relevante para muitas congregações.

É importante entender que a Bíblia realmente lida com questões e motivações como as que nós enfrentamos hoje. Em vez de tornar a Bíblia menos relevante, entender a situação de cada passagem nos ajuda a perceber ainda mais sua relevância (às vezes, uma relevância que chega a nos deixar desconfortáveis). Essa leitura nos obriga a ver que as pessoas com quem Paulo lidava não eram meros arruaceiros moralmente instáveis; ao contrário, eram pessoas reais com motivações reais, assim como nós. Esse reconhecimento nos convida a refletir sobre como as palavras de Paulo também constituem um desafio para nós.

Relevância para todas as culturas

A maior parte do livro que Deus nos revelou não foi ditada na primeira pessoa (isto é, não lemos a Bíblia como se Deus estivesse explicitamente dizendo: “Eu sou Deus e estou falando diretamente a todas as pessoas de todas as épocas”). Há leitores que sempre desejam impor essa concepção à Bíblia, entendendo que essa é a forma correta de interpretar as Escrituras. Mas Deus escolheu inspirá-las de outra forma: inspirou seus profetas e suas testemunhas para tratarem de situações concretas de cada época como exemplo para as gerações futuras (1Co 10.11). Se Paulo foi inspirado a escrever uma carta aos coríntios, apreciada ou não pelos leitores atuais, essa carta é destinada aos *coríntios*, como era sua intenção. Devemos dar ouvidos à sabedoria que Paulo, inspirado por Deus, transmitiu aos cristãos de Corinto e aprender com ela; para isso, precisamos nos esforçar ao máximo para escutar o apóstolo da mesma forma que os coríntios o escutaram.

Deus nos revelou princípios eternos, mas eles nos foram dados em formas concretas específicas, relacionadas a situações reais. Ele nos confiou esses princípios por meio de ilustrações para nos mostrar como funcionam na vida real, porque quis garantir que os aplicaríamos às situações reais da nossa vida. Assim, por exemplo, Deuteronômio 22.8 (“Quando construíres uma casa nova, farás um parapeito no terraço, para que não tragas culpa de sangue sobre a tua casa, se alguém cair de lá”) continua nos ensinando a zelar pela segurança de nosso próximo, ainda que a maioria de nós não viva mais em casas sobre cujo telhado plano poderíamos receber os convidados. Hoje o princípio seria: “Peça a seu colega que use o cinto de segurança quando for com você de carona para o trabalho”. O exemplo atual pode ser diferente, mas o ensinamento é o mesmo; porém, enquanto não entendermos o exemplo original, não reconheceremos o verdadeiro ensinamento da passagem que precisamos reaplicar em nossa cultura.

Talvez não gostemos do fato de que Deus nos deu sua Palavra em uma forma concreta, porque em grande parte de nossa cultura ocidental estamos habituados a pensar de forma abstrata. Em muitas culturas, porém, as pessoas pensam de maneira concreta e são capazes de ler uma história ou um diálogo e aprender muito mais a respeito de Deus do que nós, leitores ocidentais, conseguimos ao ler uma série de conceitos abstratos. Essas culturas, na verdade, estão mais em harmonia com a Bíblia que Deus escolheu dar ao mundo do que nós. Boa parte da Bíblia consiste em narrativa histórica (isto é, em histórias verdadeiras) e outra grande parte dela consiste, também, em cartas ou em profecias dirigidas a situações específicas. A forma literária das Escrituras, portanto, assemelha-se mais a uma conversa do que a um tratado filosófico abstrato. Mesmo os princípios abstratos como os de Provérbios são enunciados em formas culturais específicas; por exemplo, algumas máximas sapienciais egípcias empregam praticamente a mesma fraseologia de sua contraparte hebraica, porque era assim que as pessoas daquela época no Antigo Oriente Próximo expressavam sua sabedoria.

Se Deus não tivesse nos revelado a Bíblia nessas formas culturais concretas, que outras formas ele teria empregado? Há alguma língua neutra, algum idioma universal livre de qualquer influência cultural? Como disse um estudioso, se Deus houvesse falado conosco por meio de um vento cósmico, quantos de nós teríamos entendido o que ele disse? Ou, como o expressou uma tirinha de jornal, se Deus tivesse revelado os detalhes da física quântica e da teoria da relatividade a Moisés, em vez de escrever “No princípio, criou Deus...”, será que Moisés ou a língua hebraica conseguiriam comunicar esses dados científicos às pessoas da época? Deus é tão prático e está tão preocupado com a nossa capacidade de entendê-lo que nunca se comunicaria conosco dessa maneira. Em todas as diferentes culturas em que atuou — desde o período inicial do Antigo Testamento até as situações culturais totalmente diferentes do Novo —, Deus sempre agiu com o intuito de comunicar sua Palavra.

Para além das premissas da nossa cultura

De fato, Deus está tão envolvido com a matriz multicultural da história que não se negou a participar dela pessoalmente. O ato supremo de aculturação de sua Palavra ocorreu justamente no momento em que o Verbo se fez carne, como afirma o prólogo de João (1.1-18). Jesus não veio até nós como um ser humano amorfo, destituído de sexo e de cultura. Ao contrário, ele veio como um judeu do primeiro século, dotado de cromossomos e características físicas singulares, um indivíduo único assim como cada um de nós. No entanto, o fato de Jesus pertencer a uma cultura particular não significa que ele não veio *a serviço* de todos, mas sim, que a melhor forma de se identificar conosco foi como um indivíduo *específico* — a exemplo de todos nós —, em vez de se tornar uma pessoa genérica, sem rosto, que põe em risco a humanidade verdadeira com sua “neutralidade” indistinguível. Muitos gnósticos, que nos séculos posteriores reinterpretariam o cristianismo, procuravam negar a vinda de Jesus “em corpo”, mas o apóstolo João é enfático ao declarar que esse é o ponto que separa o cristão genuíno do falso: o primeiro acredita que nosso Senhor Jesus veio em corpo, como uma pessoa histórica singular (1Jo 4.1-6). Os que insistem em compreender Jesus — ou outros personagens bíblicos — à parte de sua especificidade histórica estão, na verdade, caminhando fora dos limites da fé cristã.

Uma das ênfases principais do livro de Atos está no fato de que o evangelho se dirige a todos os povos e culturas. Os primeiros cristãos ficaram surpresos ao descobrir que o evangelho se destinava tanto a gentios como a judeus; mas, em todo o livro de Atos, o Espírito de Deus revela à igreja essa sua missão multicultural. Eis o programa de Deus desde o início: uma missão que começa em Jerusalém e alcança os confins da Terra. Pessoas, como Estêvão e Paulo, que haviam se familiarizado com mais de uma cultura, estavam mais dispostas a participar do plano de Deus. Quem pressupõe que Deus só se revela em uma única cultura (a própria cultura) está dois milênios atrasado na leitura da Bíblia! Em Atos, vemos Deus revelar-se, deliberadamente, a pessoas de todas as culturas e de uma forma que lhes é compreensível. Por isso, Paulo prega de uma maneira na sinagoga (At 13), de outra, quando se dirige aos camponeses no capítulo 14, e ainda de outra ao discursar perante os pensadores gregos no capítulo 17. Nas cartas, o mesmo Paulo tratou de questões específicas da cultura da Antiguidade, e não podemos ignorá-las se desejamos entender o que o apóstolo estava tentando dizer.

Quando Paulo reivindicava o direito de o gentio seguir a Cristo sem abandonar suas características de gentio, ele estava, na verdade, combatendo o preconceito cultural segundo o qual (neste caso) era necessário ser judeu para se tornar um cristão de primeira classe. Os judeus liam a Bíblia à luz da própria cultura e tradição, supondo que todas as demais pessoas deveriam fazer o mesmo, isto é, ler a Bíblia à maneira deles. Infelizmente, boa companhia é o que não lhes faltava, porque o problema desses indivíduos não consistia no fato de serem judeus — Paulo era tão judeu quanto eles. O problema estava no fato de que liam a Bíblia baseados em seus pressupostos culturais, problema que todos nós ainda enfrentamos a não ser que nos disciplinemos para enxergarmos além dos nossos pressupostos. Todos os nossos antecedentes culturais e os dados que estabelecemos como ponto de partida influenciam as categorias e associações que introduzimos em um texto — seja de forma consciente, seja inconsciente. Por outro lado, quanto mais conhecemos o contexto do leitor antigo tanto mais nos aproximamos da forma que eles mesmos interpretariam os textos bíblicos.

Os missionários atuais enfrentam problemas semelhantes aos de Paulo. Se lermos o evangelho à luz de nossa cultura, corremos o risco de confundi-la com a Bíblia e de impor aos outros a nossa fórmula como condição indispensável para ser justo perante Deus. Alguns missionários ocidentais exigiram que os convertidos adotassem estilo de vida, roupas e até mesmo nomes ocidentais para se tornar cristãos, em vez de aceitar o fato de que Deus atua

em diferentes contextos culturais. É claro que outros grandes missionários, como muitos dos primeiros jesuítas ou a missão de Hudson Taylor no interior da China, trataram os convertidos com maior respeito e maior grau de identificação cultural.

Hoje, a maioria dos missionários reconhece que os cristãos podem, nas mais diversas culturas, aprender uns com os outros. Às vezes até mesmo diferentes partes da Bíblia chamam mais a atenção de determinados grupos do que de outros. Um trecho das Escrituras que, para nós, é obscuro pode fazer perfeito sentido para os cristãos Shona do Zimbábue. Uma leitura que, para um grupo, parece evidente pode, na verdade, ser uma interpretação errônea do texto. Os hindus que leram as palavras de Jesus sobre “nascer de novo” como referência à reencarnação compreenderam errado o sentido do ensinamento, porque as interpretaram de acordo com as pressuposições hindus. Mas se nosso ponto de partida são os meros pressupostos de nossa cultura, corremos o risco de interpretar a Bíblia erroneamente, assim como os hindus reencarnacionistas o fizeram.

Há evangélicos devotos na Ásia e na África que ainda veneram os ancestrais, e os cristãos norte-americanos geralmente veem essa veneração como paganismo. Mas nós, norte-americanos, desejosos de viver como bem nos agrada, às vezes buscamos nos livrar de versículos como “Não podeis servir a Deus e às riquezas” (Mt 6.24) ou a referência à “avareza, que é idolatria” (Cl 3.5) com interpretações que nos são convenientes. Cristãos de outras culturas costumam ver o materialismo da nossa cultura como uma forma de paganismo. A trave cultural em nosso olho nos leva a enxergar os pecados alheios com mais facilidade do que os nossos, e só uma leitura das Escrituras que leve em conta a inspiração e a intenção dos autores — e não aquela que faz as Escrituras se encaixarem no que já acreditamos — nos levará a questionar os conceitos equivocados de nossa cultura.

Que base comum pode haver entre nós, intérpretes cristãos de diferentes culturas? Se desejamos uma forma objetiva de interpretar a Bíblia e acreditamos que os autores bíblicos foram inspirados a tratar de questões específicas de seu tempo, então precisamos tentar descobrir que temas são esses dos quais tratavam. Até certo ponto, podemos descobri-los com base nos próprios textos. Não precisamos saber como eram os véus com que as mulheres cobriam a cabeça em Corinto para descobrir que a questão central em 1Coríntios 11 era se as mulheres precisavam ou não cobrir a cabeça. Além disso, algumas passagens podem nos fornecer o contexto de outras. O livro de 2Reis, por exemplo, nos informa o que estava acontecendo quando Isaías profetizou ao povo de Israel e, assim, nos ajuda a compreender melhor os textos do profeta.

O contexto, porém, nem sempre é o bastante. Isso se aplica não apenas às passagens consideradas problemáticas, mas também àquelas que cremos interpretar corretamente. Quando lemos, por exemplo, que a boa semente produz cem vezes mais fruto (Mt 13.23), só teremos ideia da abundância de uma colheita como essa se soubermos qual era a proporção média de uma antiga colheita na Palestina. A censura afixada à cruz, por cima da cabeça do Messias — as palavras “Rei dos Judeus” —, faz muito mais sentido quando reconhecemos que os assim chamados profetas da Judeia causavam grande apreensão aos romanos; alguns supunham que os “profetas” fossem reis messiânicos, porque alguns deles já haviam gerado muitos problemas para Roma.

Além disso, a cultura influencia o próprio fato de que alguns livros nos parecem mais fáceis de entender; diferentes seções da Bíblia têm maior apelo para diferentes culturas. Qualquer leitor de Levítico e de 1Timóteo percebe que o estilo de escrita difere bastante de um documento para o outro. As regras de higiene em Levítico têm paralelos em textos hititas e de outras culturas do Antigo Oriente Próximo; o livro trata de questões da época. Mas o tema de Levítico já não seria do interesse da maioria dos leitores greco-romanos na época em que 1Timóteo foi escrito, ao passo que os temas e a forma literária de 1Timóteo

têm paralelos na literatura greco-romana. Para o leitor ocidental moderno, a maior parte do Novo Testamento é mais atraente do que o livro de Levítico; em muitas culturas, no entanto, as leis que determinam o que é puro e o que é impuro chamam a atenção, e os cristãos dessas culturas têm grande interesse por partes da Bíblia que tendemos a ignorar. Obviamente, dispomos de razões teológicas para afirmar que hoje já não é preciso obedecer literalmente às regras de Levítico; mas se todas as Escrituras são inspiradas e proveitosas para o ensino (2Tm 3.16,17), esse livro do Antigo Testamento deve ter algum propósito. A pergunta que permanece é: qual é o propósito do livro? O que Deus estava comunicando a seu povo? São essas questões que o conhecimento dos antecedentes culturais da Bíblia nos ajuda a responder.

Objecções ao estudo do ambiente cultural da Bíblia

Ainda que todos saibam que a Bíblia foi escrita em cultura e época diferentes e a maioria das pessoas leve em conta esse fato ao ler passagens específicas das Escrituras, nem todos têm o cuidado de sempre analisar os antecedentes culturais da Palavra de Deus. Certamente, nem toda passagem bíblica requer grande conhecimento do contexto histórico-cultural; nossa cultura ainda compartilha algumas características com a cultura da Bíblia. Mas se nada sabemos da cultura original, eventualmente correremos o risco de supor que não necessitamos de contexto algum para a interpretação de uma passagem bíblica, quando, na verdade, o conhecimento da cultura da época influenciaria de modo significativo nossa maneira de interpretar o texto. Embora a maioria das pessoas reconheça a necessidade de prestar atenção ao cenário cultural de passagens bíblicas, algumas ainda ficam apreensivas com a sugestão de que é preciso conhecê-lo.

Alguns cristãos apresentam, ocasionalmente, a objeção de que estudar o ambiente cultural e histórico das Escrituras seria perigoso. “Afinal” — eles se queixam — “é possível usar a ‘cultura’ como pretexto para distorcer o sentido da Bíblia de forma que ela signifique o que bem desejarmos”. As pessoas que apresentam essa objeção poderiam citar a ideia popular de que o “fundo de uma agulha” pelo qual o camelo precisa passar referia-se a um portão na antiga Jerusalém. Infelizmente, não havia portão com esse nome na Jerusalém do século 1; por mais conveniente que isso fosse para nós, trata-se de um caso de ambiente histórico-cultural inventado (felizmente, nesse mesmo caso, o conhecimento dos antecedentes culturais não deixa de ser relevante: o emprego da hipérbole, ou exagero retórico, era comum entre os antigos mestres judeus). Embora esse exemplo seja um bom argumento contra a *invenção* de antecedentes culturais, ele não nos dá razão para não investigarmos o contexto cultural genuíno dos textos bíblicos. Há algumas informações sobre antecedentes culturais inventadas em circulação atualmente, mas essa é somente mais uma razão para que os leitores busquem se inteirar dos fatos que se baseiam em pesquisa sólida e verdadeira.

Pode-se ter em mente que é prática antiga distorcer a Bíblia, às vezes de forma até habilitada, sem recorrer a alguma fonte que informe o contexto cultural; é duvidoso, portanto, que um pouco de estudo histórico possa *agrar* a situação. *Ignorar* a cultura original em que foram escritos os textos bíblicos e interpretá-los à luz da nossa cultura é a ameaça mais grave à maioria de nós. (Por exemplo, os “cristãos arianos”, sob a liderança dos nazistas, “demitologizaram” a narrativa bíblica de modo a torná-la não judaica e, assim, mais palatável ao gosto nazista. Esse é um exemplo extremo de como determinado grupo pode ignorar o cenário histórico-cultural da Bíblia para reinterpretá-la de modo que se adapte à sua cultura. A reinterpretação feita pelos nazistas só difere da maioria das reinterpretações atuais no fato de que os nazistas a empregaram intencionalmente).

Uma objeção mais comum, que eu mesmo levantei quando jovem cristão, é a de que aceitar a importância do contexto cultural da Bíblia poderia resultar em que ela fosse arrancada das mãos dos leitores leigos. Na época, eu rejeitava de forma tão radical o emprego desses dados culturais que cheguei a insistir com as mulheres que cobrissem a cabeça na igreja e a tentar reunir coragem o suficiente para adotar o hábito paulino do “ósculo sagrado”. Contudo, a leitura da Bíblia me obrigou a entender o processo como ela foi escrita e, quanto mais eu estudava o mundo bíblico, mais percebia que Deus estava se fazendo acessível à cultura da época ao comunicar sua Palavra da maneira que o fez. Ele nos deu exemplos concretos de como seus preceitos tratam de situações humanas reais e não são meros princípios abstratos que podemos decorar sem refletir sobre como aplicá-los à nossa vida. Se quisermos seguir o exemplo de Deus de ser relevante para a cultura, precisamos entender o que esses ensinamentos significavam em sua cultura original antes de tentar aplicá-los à nossa.

O conhecimento do ambiente cultural da Bíblia não a retira das mãos de ninguém. Ao contrário: só quando *ignoramos* o cenário cultural original é que a tiramos das mãos das pessoas. Transmitir ao povo os símbolos do livro de Apocalipse sem explicar como costumavam ser usados no mundo antigo é semelhante a entregar o Evangelho de Lucas, no texto original, a uma pessoa que não lê grego e ainda dizer: “Visto que essa é a Palavra de Deus, seu dever é entendê-la e explicá-la”. Só um estudioso preparado ou um completo tolo teriam alguma ideia de o que fazer com o texto (e a ideia do tolo, naturalmente, estaria equivocada).

Traduzindo língua e cultura

Antes da época de Lutero, alguns estudiosos entenderam ser um erro da Igreja Católica manter a Bíblia em latim. A maioria das pessoas não conseguia entender a Bíblia sem a ajuda dos estudiosos que a traduziam para sua língua. Alguns desses estudiosos sofreram o martírio por adotar a convicção de que a Bíblia deve ser colocada à disposição no idioma do povo comum; Lutero, que traduzira a Bíblia para o alemão, teve quase a mesma sorte. O melhor auxílio que os estudiosos podiam oferecer ao povo não era dizer: “Não há traduções à disposição do povo; por isso, se dissermos que na verdade o povo sempre precisou dessas traduções, vamos tirar a Bíblia das mãos dele”. Melhor fariam se dissessem: “Não há traduções à disposição do povo; por isso, colocaremos a Bíblia em suas mãos trabalhando duro e fazendo traduções”. Certamente, como o povo do tempo de Lutero percebeu, dispor de uma tradução não resolve todos os problemas quando se trata de estabelecer o que o texto *significa*; esse trabalho não é concluído com a mera realização de traduções.

Traduzir pode ser difícil, como qualquer indivíduo que já tenha estudado uma língua estrangeira sabe. Certas palavras em uma língua não têm tradução direta para uma só palavra em outra; às vezes, uma palavra ou expressão pode ter vários significados, cabendo ao tradutor a tarefa de decidir qual deles melhor se ajusta ao contexto específico. Além disso, uma vez estabelecido o sentido do texto original, há mais de uma maneira de dizê-lo no idioma para o qual o texto é traduzido. Quem já leu todo o Novo Testamento em grego sabe que nele surgem os mesmos problemas de tradução que aparecem em qualquer outro texto. O exame aleatório de qualquer passagem bíblica em duas ou três traduções diferentes comprovará a dificuldade: não há duas traduções que sejam perfeitamente iguais (de outra forma, é claro, não seriam traduções distintas).

Quando os tradutores da Bíblia passam a viver em outras culturas, deparam com problemas ligados ao sentido de determinadas palavras ou expressões. Por exemplo, alguns tradutores precisaram explicar a expressão: “Eis o Cordeiro de Deus” (Jo 1.29) para a cultura de uma região onde não havia ovelhas e que, portanto, não tinha uma palavra que

traduzisse “cordeiro”. Essa cultura, contudo, criava porcos e os utilizava nos sacrifícios. Se, no entanto, a expressão fosse traduzida por “Eis o Porco de Deus!” (que não soa bem a muitos ouvidos modernos, e certamente ofenderia mais ainda a sensibilidade dos judeus antigos), o que aconteceria quando tivessem de traduzir as passagens do Antigo Testamento em que o porco é tratado como animal impuro e o cordeiro, como animal puro? A solução talvez fosse acrescentar ao texto uma nota de rodapé e traduzi-lo combinando de tal maneira as palavras para comunicar o conceito da melhor forma possível no idioma local, escolhendo um termo como “porco peludo”. Os tradutores do Antigo Testamento precisaram recorrer a métodos semelhantes ao traduzir as palavras hebraicas que designam as diferentes espécies de gafanhoto (Jl 1.4; 2.25). O português não dispõe de termos para *gafanhoto* em número correspondente a todas as palavras hebraicas para ele, talvez porque essa grande variedade de gafanhotos de que estamos falando fosse um problema mais sério para os israelitas do que para a maioria de nós.

No entanto, há um problema ainda maior do que resolver o significado das palavras do texto. O que acontece quando Paulo alude a um conceito bastante significativo de sua época (como o faz com frequência)? Como traduziremos esse conceito? Ou apenas mencionaremos a questão em uma nota de rodapé? As alusões paulinas fazem parte do sentido de sua mensagem; porém, às vezes, nem aqueles que em geral traduzem com competência os textos do apóstolo conseguem captar suas alusões.

Houve cristãos que, antes da Reforma e durante esse período, buscaram imaginar as situações a que os textos bíblicos se referiam. Era algo positivo o fato de que muitos estudiosos reconheciam a necessidade de ler o Novo Testamento no contexto da época em que foi escrito, em vez de interpretá-lo como se tivesse sido escrito em alemão ou em inglês para os leitores da Renascença ou de algum outro período. A maioria dos leitores ainda impõe grande parte de sua cultura ao texto bíblico, como fazemos ao nos esquecermos de examiná-lo à luz de sua cultura original. A maioria dos intelectuais medievais e renascentistas não foi exceção; quase todos nós já tivemos a oportunidade de ver pinturas de cenas bíblicas em que europeus vestidos à maneira europeia encenam os papéis dos dramas bíblicos. Esses quadros foram pintados como se a maioria dos personagens bíblicos fosse europeia, embora saibamos que foram poucos os personagens europeus da Bíblia e não houve nenhum do norte da Europa.

Felizmente, ainda havia algum acesso ao conhecimento sobre o mundo antigo no período da Reforma; mas o ambiente cultural a que se tinha acesso por meio dessas informações não era *sempre* o mais *adequado*. Muitos estudiosos eram tão competentes no estudo dos clássicos gregos que conseguiam captar toda sorte de alusão aos hábitos gregos no Novo Testamento. O problema é que, entre a época em que os clássicos antigos foram escritos e a do Novo Testamento, muitos desses hábitos gregos já haviam mudado.

Outro perigo na pressuposição de que o conhecimento da cultura grega clássica explica todo o ambiente cultural do Novo Testamento pode ser ilustrado com base nos primeiros séculos em que os livros neotestamentários começaram a circular. Os gnósticos muitas vezes liam o Novo Testamento mais à luz de Platão do que à luz do judaísmo em que ele surgiu, o que originou muitas doutrinas gnósticas que os outros cristãos rejeitaram como heréticas. É verdade, Platão exerceu alguma influência no mundo do Novo Testamento, mas dificilmente terá sido a influência mais importante.

Alguns autores, como John Lightfoot no século 17, desafiaram o sistema clássico predominante, por meio do qual o Novo Testamento era interpretado, e propuseram textos judaicos como antecedentes histórico-culturais para a interpretação do Novo Testamento. Lightfoot teve de se proteger dos ataques dos antissemitas, explicando em detalhes que, de fato, não julgava os textos judaicos espirituais, mas que a tarefa era necessária para que o Novo Testamento fosse devidamente compreendido.

Nos dias atuais, em que o antissemitismo é menos popular que na época de Lightfoot, é mais evidente que os textos gregos de que se serviram os contemporâneos de Lightfoot eram de natureza muito mais pagã que os textos judaicos pelos quais ele achou necessário pedir desculpas aos leitores. Atualmente, costuma-se reconhecer que o judaísmo antigo constitui o cenário *primeiro* do Novo Testamento. O ambiente básico e mais amplo é a sociedade greco-romana, mas o povo judeu viveu no interior dessa cultura, adaptando-se a ela e, dessa forma, preparando o caminho para o testemunho dos primeiros cristãos no contexto da cultura pagã. Ademais, os primeiros cristãos eram judeus, e o observador externo considerava o cristianismo uma forma de judaísmo. Além disso, os primeiros cristãos viam a própria fé em Jesus como o verdadeiro cumprimento da esperança do Antigo Testamento e, portanto, consideravam-se fiéis ao judaísmo. (De fato, os autores do Novo Testamento afirmam que só os cristãos eram fiéis ao judaísmo bíblico; ainda que outros grupos judaicos também reivindicassem ser o remanescente fiel de Israel, eles parecem não ter sobrevivido aos séculos posteriores.) Tanto os antecedentes judaicos, mais específicos, quanto os greco-romanos, mais amplos, são de importância central para a interpretação do Novo Testamento — tão central quanto uma boa tradução bíblica.

O trabalho que nos resta

Os cristãos sempre reconheceram, especialmente os mais comprometidos com missões transculturais, a importância da leitura bíblica à luz do cenário cultural original das Escrituras. Todavia, embora as traduções bíblicas estejam disponíveis à maioria dos cristãos, não se pode dizer o mesmo das “notas” que analisam a cultura da época. (Esperamos que isso mude à medida que as Bíblias de estudo incluam com mais frequência os aspectos mais relevantes do ambiente histórico-cultural das passagens, contanto que se fundamentem em pesquisa genuína e não em concepções populares erradas.) De fato, há muitos comentários bíblicos valiosos (incluindo comentários recentes que se concentram nos aspectos relativos ao contexto cultural), mas nenhum deles oferece, em apenas um ou dois volumes, acesso fácil a todo o material informativo necessário de antecedentes histórico-culturais. Quanto maior o número de volumes em que a obra se divide, menos acessível ela se torna à maioria dos leitores. O número atual de leitores bíblicos que possuem coleções completas de comentários é bem reduzido; ainda menor é a quantidade de pessoas com acesso às informações culturais apropriadas em cada um desses comentários; e mais reduzido ainda é o número das que dispõem de tempo para estudá-los com regularidade.

Entre os primeiros estudiosos da Bíblia, muitos deram a vida para traduzi-la, almejando com isso torná-la inteligível a quem quisesse lê-la, mas esse trabalho nunca foi concluído. Muitos leitores continuam tendo um acesso bastante limitado ao contexto cultural da Bíblia. Embora sejam muitas as tarefas que exigem a atenção do estudioso bíblico cristão, essa é, seguramente, uma das mais importantes.

A necessidade de entender os antecedentes culturais das Escrituras deveria ser tão evidente hoje quanto o foi a necessidade de traduzir a Bíblia no período da Reforma. Em nossa sociedade ocidental, agitada e, em geral, pós-moderna, acabamos nos afastando cada vez mais de qualquer resquício das origens bíblicas. O abismo entre a nossa cultura e as culturas em que a Bíblia foi escrita é cada vez maior e, aos olhos dos nossos jovens, as Escrituras são um livro cada vez mais estranho. De nada adianta nos queixarmos de que a maioria das pessoas não deseja visitar as igrejas e aprender nossa linguagem cristã. Deus nos chamou para sermos missionários no mundo, portanto, nossa responsabilidade é tornar a Palavra de Deus compreensível para a nossa cultura. Ler a Bíblia não é o bastante; devemos entendê-la e explicá-la. Precisamos explicar o que os autores bíblicos estavam tentando comunicar ao escrever para

um público cuja cultura, desde então, mudou ou desapareceu; e temos de explicar como a mensagem deles se aplica a nós hoje. Aliás, o prestígio de que a diversidade cultural desfruta hoje significa que podemos contar com a disposição de muitas pessoas para ouvir os autores bíblicos inspirados no próprio cenário original desses autores.

Uma parcela significativa da igreja atual parece indiferente à nossa missão, o que se deve, em grande parte, ao fato de não permitirmos que a Palavra de Deus fale conosco em todo o seu poder transformador. Permitimos que a Bíblia seja para nós um livro estranho e que as pessoas a quem ela se dirige sejam um povo muito distante de nossa vida pessoal. A tragédia, nesse caso, é que os riscos nunca foram tão altos como em nossa geração: a população mundial é hoje sete vezes maior do que dois séculos atrás, quando a igreja, em outro grande mover do Espírito, vibrava com fervor missionário.

Deus está fazendo várias exigências importantes à sua igreja, mas uma exigência fundamental é que compreendamos sua Palavra. Em uma cultura repleta de Bíblias e de doutrinas, os que dão valor à autoridade das Escrituras continuam precisando conhecê-la, entendê-la, obedecê-la e ensiná-la de forma plena. Os pastores, em geral sobrecarregados, raramente dispõem de tempo suficiente para investigar todos os recursos necessários para a compreensão do ambiente histórico-cultural de cada passagem que pregam. Contudo, é urgente a necessidade de entender a mensagem de Deus de modo integral e de despertar a igreja inteira para o chamado do Senhor a cumprirmos a missão que ele nos confiou.

Entre os recursos que Deus nos fornece para essa tarefa, estão os especialistas talentosos que participam do corpo de Cristo na condição de mestres capazes de fornecer percepções válidas que nos ajudam a compreender e aplicar melhor a Palavra de Deus. Assim como o missionário precisa aprender uma língua e uma cultura para comunicar a mensagem de Deus a outro povo, também precisamos de servos de Deus do outro lado, que aprendam a língua e a cultura em que o Livro de Deus foi escrito. No passado, esses mestres trabalharam com afinco na produção de traduções bíblicas e hoje se empenham na produção de outras ferramentas igualmente valiosas, que tornam os tesouros da Bíblia amplamente acessíveis a todos os leitores.

Embora nem todos os estudiosos dediquem as pesquisas ao serviço da igreja, foram muitos os que o fizeram ao longo da história, desde Justino, Jerônimo, Agostinho e Beda, passando pelos monges que lideraram as universidades medievais, as quais deram origem às universidades modernas, até Martinho Lutero, João Calvino, John Wesley, Jonathan Edwards e outros. Igualmente, há muitos hoje que se dedicam ao estudo bíblico acadêmico porque foi esse o chamado de Deus para a sua vida.

Entretanto, a tarefa mais importante não recai apenas sobre os estudiosos. Todo crente é chamado a ouvir a voz de Deus nas Escrituras, começando com o que já está claro e, então, aprofundando-se no aprendizado. Não é preciso ser um estudioso acadêmico para interpretar as passagens da Bíblia à luz do contexto original ou para ler as notas que um volume como este foi redigido para fornecer. Minha oração é que, com toda a graça de Deus, cumpramos nossa parte: obedecer a Cristo, nosso Senhor, e revelá-lo às pessoas carentes de nossa geração.

Mateus

Introdução

Autoria. De forma distinta das cartas de Paulo, as atribuições de autoria dos Evangelhos em geral se baseiam mais na tradição da igreja do que nas evidências apresentadas pelo próprio texto bíblico. Embora as tradições referentes à autoria dos Evangelhos se tornem públicas no segundo século em diferentes partes do império, parece haver unanimidade quanto à sua autoria, indicando, assim, que as tradições remontam a um período anterior. Obras da extensão dos Evangelhos eram raramente publicadas de maneira anônima; portanto, essas tradições foram, provavelmente, preservadas e transmitidas de modo fiel pela primeira geração.

Há quem questione a tradição quanto à autoria de Mateus, em parte porque a tradição mais antiga também afirma que o texto original foi escrito em hebraico, o que não corresponde à verdade com respeito ao nosso primeiro Evangelho. Alguns estudiosos sugerem que talvez Mateus tenha escrito uma obra anterior em hebraico tratando especialmente, das declarações de Jesus; ela teria sido traduzida para o grego e usada pelos outros autores dos Evangelhos, mas desenvolvida de forma especial na obra de Mateus. A maioria dos estudiosos também acredita que o atual Evangelho de Mateus se valeu de Marcos. Ainda que essa observação possa depor contra a autoria direta de Mateus, é possível argumentar que ela em si não é decisiva. Xenofonte, por exemplo, recorre a fontes escritas mais antigas mesmo ao relatar acontecimentos de que foi testemunha ocular, presumivelmente porque a fonte havia se tornado padrão. Independentemente da conclusão a que se chegue, parece melhor referir-se a esse Evangelho como “Mateus” por falta de uma designação melhor. Há também outro motivo provável para a tradição da igreja atribuir a autoria ao apóstolo: alguns estudiosos observam que os coletores de impostos (Mt 9.9; “publicanos”, A21) seriam, entre os galileus, os mais capazes para fazer anotações do que testemunhavam.

Data. A datação de Mateus é bastante debatida (com propostas de datas anteriores a 70 até c. 90 d.C.). Mesmo estudiosos bastante conservadores divergem quanto à datação e à autoria de Mateus. A maioria, contudo, não atribui a Mateus data anterior a 64 e realmente acredita que o Evangelho em sua forma atual se baseou no de Marcos em uma época em que este era bastante propagado. Visto que Mateus dá mais atenção que Marcos ao movimento rabínico dos fariseus em ascensão e que esses RABINOS começaram a conquistar poder político na Síria-Palestina principalmente depois do ano 70, alguns estudiosos defendem que Mateus escreveu seu Evangelho na década de 70. Não há unanimidade entre os estudiosos; a datação que propõem varia entre antes e depois desse período.

Onde Mateus foi escrito? Dos lugares sugeridos, o mais provável está na região da Síria-Palestina. Alguns estudiosos propõem essa localização porque foi ali que os rabinos exerceram maior influência nas décadas de 70 e 80 d.C. Seja como for, o estilo de Mateus corresponde de forma significativa à linguagem dos sábios judeus do leste do Mediterrâneo, o que sugere esse ambiente cultural. Mais uma vez, no entanto, não é possível ter certeza.

Ambiente e propósito. Mateus trata das necessidades dos ouvintes judeus cristãos da época, os quais, no parecer de muitos estudiosos, estavam em conflito com um sistema religioso farisaico (cp. Mt 3.7 com Lc 3.7; cf. Mt 5.20; 23.2-39). Membros do movimento rabínico antigo, em geral sucessores dos FARISEUS, jamais alcançaram o grau de poder que os rabinos posteriores alegaram ter, mas começaram a consolidar sua influência jurídica e teológica o máximo possível, especialmente na Síria-Palestina, nos anos e décadas posteriores a 70 d.C.

Mateus apresenta a destruição traumática do templo (segundo muitos, esse acontecimento era recente; veja a análise anterior sobre a data) como juízo divino contra o sistema judaico anterior (ainda que fosse predominantemente liderado por saduceus) nos capítulos 23 e 24. Ele deseja encorajar a comunidade a evangelizar tanto os GENTIOS quanto seu próprio povo (cf. 1.5; 2.1-12; 3.9; 8.5-13; 15.21-28; 24.14; 28.19). Para muitos estudiosos, a coletânea de ensinamentos de Jesus reunida por Mateus (esp. os caps. 5—7; 10; 13; 18; 23—25) deve ser usada para treinar outros discípulos de Cristo, assim como os discípulos de mestres judeus transmitiam os ensinamentos do rabino aos próprios discípulos (28.19).

Gênero e fontes. A maioria dos estudiosos crê que, quando Mateus escreveu seu Evangelho, o de Marcos já estava em circulação (nem todos concordam com essa posição, mas ela é vista, em geral, como consenso). De acordo com um padrão literário comum na época, Mateus seguiu uma fonte importante, o Evangelho de Marcos, acrescentando e combinando os dados de outras fontes. Em vista da natureza das antigas biografias (veja Introdução dos Evangelhos), Mateus só teria recorrido a fontes que acreditava confiáveis; e, de acordo com as datas possíveis da redação do Evangelho, a maioria das fontes primárias de Mateus teria vindo da geração imediatamente posterior ao ministério de Jesus. Por causa da limitação de espaço neste comentário, grande parte do material presente tanto em Mateus como em Marcos é analisada em mais detalhes somente na seção que trata de Marcos.

Mateus e Lucas também se baseiam em fontes em comum, além de Marcos. Devido às NARRATIVAS de nascimento e de outros eventos em Lucas, a maioria dos estudiosos julga improvável que o autor tenha recorrido ao Evangelho de Mateus em sua forma final. Em vez disso, tanto Mateus como Lucas se baseiam na mesma fonte ou nas mesmas fontes e às vezes há correspondência entre a própria sequência de ambos os Evangelhos (como seria de esperar, especialmente, de uma fonte escrita). Assim como a maioria dos textos da Antiguidade, essa fonte não sobreviveu, a não ser no conteúdo que podemos inferir de Mateus e Lucas.

Na época de Mateus, as biografias eram escritas de modo diferente das biografias de hoje. Os biógrafos escreviam em ordem cronológica (p. ex., Lucas costuma seguir a ordem das fontes com o maior rigor possível) ou, o que era mais comum, em ordem temática. Mateus organiza as declarações de Jesus em ordem temática, não cronológica: a ética do REINO nos capítulos 5—7, a missão do reino no capítulo 10, a presença do reino no capítulo 13, o perdão e a disciplina da igreja no capítulo 18 e o futuro do reino nos capítulos 23—25. Alguns comentaristas defenderam a ideia de que Mateus reuniu as declarações de Jesus em cinco seções para estabelecer um paralelo com os cinco livros de Moisés (outras obras também foram divididas em cinco para corresponder aos cinco livros de Moisés, p. ex., Salmos, Provérbios, o tratado rabínico *Pirqe 'Abot*, 2Macabeus e, talvez, *1ENOQUE*). Pode ser o caso, embora não seja possível estabelecer um paralelo entre discursos específicos de Jesus e livros específicos do Pentateuco.

Mensagem de Mateus. Alguns estudiosos creem que esse Evangelho, ou alguma de suas fontes, era usado como manual de treinamento para cristãos recém-convertidos (Mt 28.19). Os rabinos ensinavam tradições orais, mas os judeus cristãos precisavam de um conjunto de escritos com os ensinamentos de Jesus para que os gentios convertidos também pudessem receber instrução. Mateus enfatiza, de modo reiterado, que Jesus é o cumprimento das Escrituras judaicas e argumenta com base nas Escrituras da mesma maneira que um

ESCRIBA treinado o faria. Para seu público judeu, Mateus retrata Jesus como o epítome das esperanças de Israel, mas também ressalta a missão aos gentios: a necessidade de alcançá-los está fundamentada tanto no ANTIGO TESTAMENTO quanto nos ensinamentos de Jesus. Mateus rebate com prontidão os líderes religiosos da época que atacavam os seguidores de Jesus, mas também adverte sobre o crescente risco de apostasia da liderança religiosa na própria comunidade cristã.

Comentários. No que diz respeito ao fundo histórico-cultural de Mateus, alguns comentários com informações muito úteis são Craig S. Keener, *The Gospel of Matthew: a socio-rhetorical commentary* (Grand Rapids: Eerdmans, 2009); W. D. Davies; Dale Allison, *A critical and exegetical commentary on the Gospel according to Saint Matthew*, ICC (Edinburgh: T & T Clark, 2004), 3 vols.; R. T. France, *The Gospel of Matthew*, NICNT (Grand Rapids: Eerdmans, 2007). Para comentários de alcance mais popular, veja, por exemplo, R. T. France, *Matthew*, TNTC (Downers Grove: IVP Academic, 2008); Joe Kapolyo, “Matthew”, in: Tokunboh Adeyemo, org., *Africa Bible commentary* (Grand Rapids: Zondervan, 2006), p. 1105-70 [edição em português: *Comentário bíblico africano* (São Paulo: Mundo Cristão, 2010)]; Craig S. Keener, *Matthew*, IVPNTC (Downers Grove: IVP Academic, 1997); Charles H. Talbert, *Matthew*, Paideia (Grand Rapids: Baker Academic, 2010).

Os leitores que têm um conhecimento maior do ambiente cultural de Mateus perceberão minha dívida com as fontes primárias e com os vários estudiosos de Jesus e de seu contexto judaico, incluindo tanto autores antigos, como I. Abrahams, Joachim Jeremias, T. W. Manson e Gustaf Dalman, quanto estudiosos recentes, como E. P. Sanders, Geza Vermes e Martin Goodman. Para exemplos de pesquisas especializadas úteis para consulta, veja, por exemplo, Marshall D. Johnson, *The purpose of biblical genealogies*, SNTSMS 8, 2. ed. (Cambridge: Cambridge University Press, 1988), cuja análise inclui Mateus 1.2-16, e obras como Carl H. Kraeling, *John the Baptist* (New York: Charles Scribner’s Sons, 1951) e Joan E. Taylor, *The immerser: John the Baptist within second temple Judaism* (Grand Rapids: Eerdmans, 1997), que tratam de João Batista.

1.1-17**Os antecedentes de Jesus**

As antigas biografias, em geral, começavam descrevendo de maneira detalhada a linhagem nobre da pessoa biografada. Nessa parte, Jesus é associado à história de seu povo desde o início.

1.1. O leitor grego costumava chamar Gênesis de “o livro das gerações”, e o título também serve para designar as genealogias e outros relatos contidos nele (Gn 2.4; 5.1, LXX). Em Gênesis, as genealogias são nomeadas segundo a primeira pessoa citada, mas a genealogia de Mateus recebe o nome da pessoa em quem ela culmina, Jesus Cristo. Da perspectiva do Evangelista, a importância histórica dos ancestrais de Jesus depende dele, ao passo que, no caso de outros personagens, a importância dos descendentes dependia dos ancestrais.

O MESSIAS seria “filho [descendente] de Davi”. A expressão “filho de Abraão” era aplicada ao povo judeu em geral, de modo que Mateus começa com a lembrança de que Jesus é judeu. As genealogias conferiam unidade a uma visão geral da história que havia se desenrolado entre personagens importantes (como Adão, Noé e Abraão em Gn 5; 11).

1.2-16. De forma semelhante às genealogias do ANTIGO TESTAMENTO, mas distinta da de Lucas e das genealogias greco-romanas, Mateus registra os nomes do mais antigo para o mais recente.

As genealogias lembravam ao povo judeu a soberania de Deus na formação dos casamentos e na provisão de filhos; também serviam às vezes para explicar por que uma pessoa agia de determinada maneira (p. ex., talvez, o fato de Moisés ser descendente de infratores como Rúben, Simeão e [diretamente] Levi, Êx 6.12-30). Os biógrafos gregos podiam apresentar a ascendência ilustre do biografado para honrá-lo. O aspecto mais importante das genealogias judaicas é o fato de serem fundamentais para documentar a linhagem distintiva de uma pessoa que era puramente israelita (i.e., não descendia de GENTIOS convertidos), era membro do sacerdócio ou pertencia à realeza. As genealogias também podiam ser usadas como elo

entre figuras importantes ao longo da história; é assim que Gênesis liga Adão, Noé e Abraão (Gn 5; 11). Mateus associa Jesus às narrativas do Antigo Testamento sobre os patriarcas, a linhagem real davídica e o Exílio.

A tradição afirma que ao menos parte dos registros genealógicos das famílias importantes (esp. as sacerdotais) era guardada no templo. Embora ele tenha sido destruído em 70 d.C., a reivindicação da descendência davídica de Jesus foi feita antes desse ano, quando ainda era possível verificá-la (Rm 1.3). Mesmo após 70, a tradição relata que as evidências de que ele descendia de Davi ainda eram suficientes para causar tensão entre alguns parentes de Jesus e o governo romano.

As genealogias antigas costumavam omitir as mulheres, mas Mateus inclui quatro (1.3,5,6). Três delas eram gentias (Gn 38.6; Js 2.1; Rt 1.4) e a outra estava associada ao menos a um gentio (2Sm 11.3) — embora Mateus omita as quatro matriarcas principais na tradição judaica: Sara, Rebeca, Lia e (menos relevante aqui) Raquel. Dessa forma, o Evangelista defende com base no Antigo Testamento que Deus sempre planejou uma missão para todos os povos (Mt 28.19). No entanto, os judeus enfatizavam a sua linhagem pura!

Alguns estudiosos propuseram que certas genealogias antigas incorporavam material simbólico com base na interpretação de textos bíblicos. Os intérpretes judeus das Escrituras às vezes modificavam uma letra ou um som do texto bíblico para reaplicá-lo de modo figurado. Assim, no texto grego de Mateus 1.10, lê-se “Amós” (o profeta) em vez de “Amom” (o rei ímpio — 2Rs 21) e, em Mateus 1.8, lê-se “Asafe” (o salmista) em vez de “Asa” (o bom rei que se tornou mau — 2Cr 16); a maioria das traduções obscureceu esse elemento.

1.17. Mateus omite alguns nomes, como era comum nas genealogias (nesse caso, talvez seguindo a tradução grega do Antigo Testamento); a criação de um padrão de três séries de (aproximadamente) catorze gerações tornava as listas mais fáceis de memorizar. Dividir a história em períodos era comum; um texto judaico posterior, *2BARUQUE*, dividia a história em

catorze épocas. Ao revisar o passado de Israel, Mateus sugere que a nação estava pronta (ou mais do que pronta) para um novo evento na história da salvação. Uma tese pouco convincente, defendida por alguns comentaristas, é a de que Mateus utiliza catorze gerações porque o valor da soma dos números representados pelas letras hebraicas do nome “Davi” é igual a 14 (diferentemente das letras no alfabeto inglês ou português, as letras do grego e do hebraico também eram usadas como numerais; a prática judaica de contar o valor numérico das palavras e inferir um sentido delas veio a ser chamada gematria).

1.18-25

O nascimento de Jesus

Os antigos biógrafos frequentemente incluíam histórias sobre acontecimentos especiais no nascimento ou na criação do biografado. Às vezes, chegavam a louvar aspectos milagrosos do nascimento da pessoa (recurso esp. notável no ANTIGO TESTAMENTO), todavia não há nenhum paralelo semelhante ao nascimento virginal. Os gregos contavam histórias em que deuses engravidavam mulheres, mas o texto bíblico indica que a concepção de Maria não foi resultado de relação sexual; e o Antigo Testamento (assim como a tradição judaica) não atribui características sexuais a Deus. Muitas histórias de nascimento milagroso do mundo antigo (incluindo relatos judaicos, p. ex., *1En* 106 [veja *1ENOQUE* no glossário]) são bastante floreadas com imagens míticas (p. ex., recém-nascidos que irradiam luz na casa inteira), em contraste com o estilo simples e direto da NARRATIVA dessa passagem (cf. tb. Êx 2.1-10).

1.18. Na época, o noivado (*erusin*) representava um vínculo mais forte do que a maioria dos compromissos equivalentes no mundo ocidental de hoje. Se José seguiu a tradição que o antecedeu, teria de pagar um valor à noiva e ao menos parte dele seria oferecida durante o noivado. O noivado, que costumava durar um ano, significava que noivo e noiva estavam oficialmente comprometidos um com o outro, mas ainda não haviam consumado o casamento; qualquer envolvimento

sexual com outra pessoa implicava, portanto, adultério (Dt 22.23-27). Duas testemunhas, consentimento mútuo (normalmente) e a declaração do noivo eram necessários para estabelecer um noivado judaico (no noivado romano, o consentimento bastava). Embora os romanos às vezes usassem anéis de aliança, os judeus palestinos provavelmente não os utilizavam nesse período antigo.

Talvez Maria tivesse entre doze e catorze anos (ou até dezesseis); caso fosse o primeiro casamento de José, ele deveria ter entre dezoito e vinte anos (a idade ideal para um homem se casar, segundo OS RABINOS posteriores). É provável, também, que o casamento tenha sido arranjado por seus pais, com o consentimento de Maria e José. Tradições posteriores sugerem que momentos a sós dos noivos eram permitidos na Judeia, mas vistos com maus olhos na Galileia; portanto, é bem provável que Maria e José não tenham desfrutado de nenhum momento sozinhos até essa etapa da narrativa.

1.19. A pena pelo adultério na LEI do Antigo Testamento era a morte por apedrejamento, e ela também se aplicava à infidelidade no período de noivado (Dt 22.23,24). Na época do NOVO TESTAMENTO, tudo o que se exigiria de José seria que se divorciasse de Maria e a expusesse à vergonha; raramente, ou jamais, a pena capital era aplicada a essa transgressão (o vínculo estabelecido pelo noivado era tão forte que, se o noivo de uma mulher morria, ela era considerada viúva; o noivado só poderia ser interrompido pelo divórcio). Mas seria difícil para uma mulher com filho, divorciada por sua infidelidade, achar outro marido, o que a deixava sem meios de se sustentar caso seus pais morressem. Além disso, a infidelidade da noiva trazia desonra ao homem a quem estava prometida.

O marido podia se divorciar publicamente da mulher diante de um juiz se a acusasse de uma violação; nesse caso, ele podia se separar dela em público, reaver o valor do dote e adquirir algum bem que a noiva tivesse recebido do próprio pai para o casamento. Como os divórcios podiam ser efetuados mediante um simples documento e duas testemunhas,